



## Emenda Constitucional 95/16 trava negociação

A 11ª reunião da mesa setorial de negociação permanente do Ministério da Saúde mostrou mais uma vez que a Emenda Constitucional (EC)95/16 é um desastre para o serviço público. Durante o encontro que começou pela manhã e continuou à tarde foi realizado no Ministério do Planejamento e teve a participação do diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público, Paulo de Tarso.

Dentre os temas debatidos como concurso público para reposição de quadro de pessoal, revisão de valores de benefícios, criação de um comitê para discutir carreira, jornada de 30 horas semanais, aumento da contrapartida do governo nos valores dos planos de autogestão, Gacen, Sesai, contagem especial de tempo na aposenta-

doria, além da reestruturação remuneratória para o Ministério da Saúde.

Por conta da EC 95, Paulo de tarso alegou que diversos itens da pauta que geram impacto orçamentário deverão enfrentar alguns obstáculos para serem aprovados.

Nessa lista entram reestruturação remuneratória, realização de concursos e até mesmo revisão de benefícios que, segundo representantes do governo, não há previsão de reajuste. Para concursos já homologados em que servidores ainda não foram convocados, o Ministério da Saúde solicitou um prazo de 15 dias e informou que vai convocar a Condsef/Fenadsef e a Comissão de Concursados para informar os procedimentos que serão adotados. É o caso de tecnologistas do SUS que aguardam nomeação.

Os ministérios do Planejamento e da Saúde vão debater propostas de modificação solicitadas na Lei da Gacen. A criação de uma gratificação da Sesai enviada há mais de dois anos ao Planejamento também ficou de ser analisada pelos ministérios. Mas, assim como itens reivindicatórios que demandam orçamento, a informação é de que não há previsão para reajuste na gratificação. Sobre comitê de carreira foi informado que a criação será oficializada em publicação no Diário Oficial da União (DOU) até o final deste mês. Já sobre a contagem de tempo especial para aposentadoria, o Planejamento se comprometeu a solicitar um esclarecimento à Conjur para enviar um retorno ao Ministério da Saúde.

### NÃO TEM ARREGO!

PARA BARRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,  
CLIQUE AQUI E BOTE PRESSÃO NOS DEPUTADOS!





## Crise, desemprego e desigualdade social: reflexos do golpe de Estado

Os alarmantes dados divulgados pelo Ibope Inteligência no último final de semana só confirmaram o que todos já sabiam: o golpe de Estado, que cravou marcas profundas na vida dos trabalhadores, também atingiu, de forma impiedosa, vários setores da nossa economia. O anúncio do instituto de pesquisa foi de que 12,5 mil lojas estão vazias nos shoppings centers e nem as recém-inauguradas não estão livres de fechar.

Só para se ter uma ideia, segundo o IBGE, em 2016, ano em que o golpe foi consumado, 108,7 mil estabelecimentos comerciais fecharam as portas, resultando na demissão de milhares de trabalhadores. Atualmente, a situação continua alarmante e 13,1 milhões de pessoas estão desempregadas em todo o país, 550 mil a mais do que há três meses. Sem emprego e, conseqüentemente, sem dinheiro, o cidadão consome menos e, assim, o ciclo da nefasta crise econômica vai sendo alimentado.

Além da taxa elevada de desemprego e do fechamento de estabelecimentos comerciais, outro ponto bastante preocupante é quanto à precarização

dos empregos que são oferecidos ao trabalhador. A aprovação da Lei 13.429/2017 — que liberou a terceirização sem limites — e da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) — que alterou mais de 100 itens da CLT — beneficiou os grandes empresários e, em contrapartida, trouxe ao brasileiro um cenário de informalidades e incertezas. Milhares de postos formais foram fechados, dando espaço a ocupações precarizadas, salários abaixo do piso e jornadas exorbitantes. O trabalhador se viu obrigado a dizer adeus ao conjunto de direitos conquistados com duras e memoráveis lutas. Todos esses fatores, intensificados pelo governo ilegítimo e sua base aliada, contribuíram amplamente para o agravamento da desigualdade social e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A gestão golpista e suas práticas entreguistas que favorecem o setor privado e os capitais agrário, financeiro e empresarial, foram responsáveis pelo aumento considerável da extrema pobreza no país. Ainda segundo o IBGE, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social saltou de 13,3 milhões para 14,8 milhões, um dado até então nunca alcançado, e que vinha sendo combatido pelos governos pro-

gressistas. Entre 2002 e 2014, por meio de programas como o Bolsa Família e Fome Zero, a proporção de pobres no Brasil caiu de 23,4% para 7%. Em números, isso significa que 26,3 milhões de pessoas tiveram acesso a uma vida com qualidade e condições mínimas. Nesse período, o pobre teve o prazer de fazer três refeições ao dia e o país passou a ser destaque no mundo como exemplo de combate à pobreza.

O que nós do movimento sindical defendemos é a volta imediata do Estado democrático de direito e, com ele, a retomada do crescimento econômico, em contraposição à concentração de renda e a exclusão impostas pelo golpismo. Cabe à classe trabalhadora e aos diversos segmentos sociais a intensificação da luta em defesa daquilo que conquistamos e o avanço em novas pautas. A vitória sobre aqueles que nos golpeiam todos os dias só será possível por meio da unidade e de um objetivo comum. Somente assim, conseguiremos alcançar um país mais justo, democrático e inclusivo.

*\*Julimar Roberto é comerciante e secretário de Administração e Finanças da CUT Brasília*